

2. A crítica do sujeito

O tema do sujeito sempre esteve presente nos textos de Michel Foucault. Podemos notar tanto em suas pesquisas empírico-descritivas quanto em suas reflexões metodológicas uma crítica contundente a esta noção tão cara às filosofias modernas. O que este capítulo propõe, a partir dessa hipótese, é verificar como essa crítica se impõe nos diferentes domínios de seu trabalho, como possibilidade mesmo de dar unidade ao seu projeto filosófico.

Foucault define a sua empresa como uma *Ontologia crítica do presente*. Este projeto ganha corpo a partir de análises arqueo-genealógicas que permitem focalizar a subjetivação do ser humano por meio de diferentes práticas. Há as práticas discursivas que desempenham o papel de produtoras epistêmicas; há as práticas objetivadoras que permitem pensá-lo através de ciências cujo objeto é o indivíduo normalizável e há as práticas subjetivadoras pelas quais o sujeito pode pensar-se enquanto sujeito. Em entrevista concedida a Dreyfus e Rabinow, publicada em *Michel Foucault, um percurso filosófico*, Foucault afirma que durante vinte anos de trabalho procurou “produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura, tratei nessa ótica de três modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeito”¹.

Em *As palavras e as coisas*, pela análise de práticas discursivas abordou os modos como a filologia, a economia política e a biologia objetivaram o homem como sujeito falante, ser produtivo e ser vivo. Em *História da loucura* e *Vigiar e punir* abordou as práticas disciplinares que objetivaram o sujeito dividindo-o em louco e são de espírito, doente e saudável, criminoso e ordeiro. Nos três volumes da *Historia da sexualidade* tratou das técnicas de si – práticas objetivadoras pelas quais o ser humano se transforma em sujeito de si para si, estabelece uma relação consigo, ao constituir sua sexualidade.

¹ FOUCAULT, M. “Deux essais sur le sujet et le pouvoir”, in DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault, un parcours philosophique: au delà de l'objectivité et de la subjectivité*, p.223

Nestes três domínios nos quais Michel Foucault procurou trabalhar: saber, poder e conduta individual ou ética podem ser observadas relações do sujeito sobre as coisas, sobre a ação dos outros e sobre si. É no âmbito desses três domínios que é possível indagar como nos constituímos enquanto sujeitos do nosso saber, sujeitos que exercem ou sofrem relações de poder e sujeitos morais de nossa ação. A partir dessas análises emergem as tecnologias relativas a cada área, as formas de racionalidade de sua organização. A investigação consiste em saber como o sujeito pode dizer algo como uma verdade de si e como ele veio precisar “dizer a verdade” e o tipo de racionalidade que aí intervém.

Muitas vezes vinculou-se as análises de Foucault, sobretudo em *As palavras e as coisas*, à abordagem estruturalista. No entanto uma leitura mais detida nos permite ver que o tema do sujeito, como bem nos faz lembrar Gérard Lebrun, está ligado “a velha paixão que o animava contra as analíticas da finitude”².

Fenomenologia, Positivismo e Marxismo propuseram-se a fundar uma filosofia do sujeito que vive, trabalha e fala. Ao analisarem a finitude do homem; o que o determina, a história de sua produção e o que ele é em sua essência, em sua existência corporal e transcendental, acabaram caindo no que Foucault chamou de “sono antropológico” que se caracteriza por tomar o corpo ou suas relações sociais empíricas como responsáveis pelo que ele é em sua essência na tentativa de se reconfortar neste fundamento que diz o que realmente somos. Segundo Foucault as analíticas da finitude falham, pois não se pode atribuir valor transcendental a condições empíricas, suas análises demonstram que o sujeito foi sendo constituído por longos, árdios e conflituosos acontecimentos discursivos, epistêmicos e práticos.

As analíticas da finitude tentam tecer a trama de um sujeito autônomo e universal em antropologias dogmáticas que deixam escapar o fato de que o “homem” é fruto de uma história recente que já o condena a desaparecer. Foucault propõe localizar arqueologicamente os a priori históricos que tornam possível um conhecimento sobre o homem. A figura de conhecimento “homem” só apareceu para o saber quando as

² LEBRUN, G. “Transgredir a finitude”, in RIBEIRO, R. J. (org.) *Recordar Foucault*, p.25.

ciências sobre ele se constituíram. Ocorre que essas ciências o dissolvem, mostrando o que e pelo que ele é objetivado, fato que evidencia a fragilidade dessa noção.

Essa afirmação não deve ser entendida como eliminação do ser humano, mas sim que o ser humano tem acesso a si através de saberes, não importando o seu conteúdo ou sua relação com a cientificidade no contexto da arqueo-genealogia. Esses saberes são o que Foucault chamou de “jogos de verdade”, técnicas para se compreender o que se é. O homem produz por meio de técnicas de produção, comunica-se por meio de técnicas que formam o sistema simbólico, governa a si e aos outros por meio de relações de poder e finalmente elabora técnicas para voltar-se para si, as tecnologias de si.

Cada sociedade em cada época relaciona esses quatro domínios a seu modo e cada uma delas vem associada a certo tipo de dominação que conduz os indivíduos a modificar seu comportamento. Foucault nos mostra como ao longo da história foram se constituindo subjetividades diversas – como as ciências humanas no século XIX constituíram uma dessas subjetividades – aquela que é apreensível por ciências. Quando se pensa ter encontrado o homem, o que se encontra são certas práticas que deveriam reconduzir à experiência em direção, talvez, de novas subjetividades.

Acompanharemos, ao longo deste capítulo, a crítica que Foucault remete a figura do sujeito em diferentes momentos de seu trabalho. Para tratarmos da questão da objetivação privilegiaremos o livro *As palavras e as coisas*. Em seguida trataremos da normalização do sujeito tendo como bibliografia central o livro *Vigiar e Punir* e finalmente, para elucidar a dimensão ética aberta por Foucault no tratamento do sujeito, temos como base as pesquisas apresentadas em *História da sexualidade*. Outros textos dos *Dits et écrits* foram utilizados para esclarecer pontos obscuros e terão sua referência ao longo do capítulo.

2.1 Sujeito e Objetivação

A fecundidade da análise arqueológica revela-se na medida em que evita reportar-se a história a um sujeito fundador, a uma história a ser interpretada em sua interioridade como tendo uma causalidade transcendental. Subjetividade fundadora constituinte de um lado, e história como trajetória inteligível de um outro, referem-se mutuamente – a procura de um *telos* ou razão por trás do multifacetado colorido histórico remete a um sujeito constituinte para apreender a história. Já Foucault, com forte inspiração em Nietzsche, propõe uma história da diferença, da descontinuidade, dos jogos de força e transformações. No acontecimento discursivo que é o enunciado, o sujeito irá ocupar uma posição, um lugar. Reportar o discurso a um *cogito*, a uma interioridade reflexiva, a um sujeito de conhecimento permanente, leva a destituir o discurso de seu caráter efetivo e singular. O discurso não traduz o que passa nas consciências, não se refere a um sujeito livre e universal, soberano, nem a um sujeito submisso a uma causalidade ou lei explicativa da história. O discurso é o

Conjunto das coisas ditas, as relações, as regularidades e as transformações que aí se podem observar, o domínio em que certas figuras, em que certos entrecruzamentos indicam o lugar singular de um sujeito falante e podem receber o nome de um autor. ‘Não importa quem fala’ mas o que ele diz, ele não o diz de um lugar qualquer³.

A relação que o enunciado tem com o sujeito, com aquele que enuncia, difere da relação que existe entre aquele que fala e a língua. Enquanto a preocupação da análise lingüística concerne às inúmeras performances verbais que as regras gramaticais possibilitam, a análise dos enunciados discursivos visa os enunciados efetivos de uma dada formação discursiva. Como vimos na primeira parte os enunciados são dotados de uma memória, são repetíveis, tem sua própria materialidade, seu modo de aparição e seu domínio. Aqui nos interessa mais a função do sujeito nos enunciados. O que alguém disse, como o fez e com que intenção, se o que disse está ou não conforme a fatos, tudo isso está relacionado a alguém determinado, autor responsável por aquelas

³FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*, p. 161.

enunciações, e o campo das ciências e da história das idéias. Já na esfera dos enunciados discursivos, domínio da arqueologia do saber, o lugar do sujeito é vazio, podendo ser ocupado por aquele que preencher certas condições, tais como normas institucionais e jurídicas, ou ter o direito por ser capacitado ou estar apto pela função que ocupa. Estas condições dirão quem pode legitimamente vir a ocupar a posição de sujeito. No enunciado clínico, num enunciado pedagógico ou jurídico, só será sujeito legítimo aquele que obedecer a regras restritas que variam conforme o domínio. O médico, por exemplo, só foi requisitado a ocupar o lugar de sujeito nos enunciados acerca da loucura no discurso da psicopatologia, no século XIX. Quando Foucault analisa o discurso médico, não o faz para descobrir sua organização racional, sua gênese empírica nem quem o fundou. Não interessa referir as várias enunciações a um autor, o que não significa de forma alguma que essa análise não possa ou não deva ser feita; cabe ao historiador das idéias ou ao pesquisador epistemólogo fazê-la. O arqueólogo não recorre “à unidade de um sujeito. As modalidades de enunciação, ao invés de reenviar à síntese ou à função unificadora de um sujeito, manifestam sua dispersão, aos diversos estatutos, aos diversos lugares, as diversas posições que ele pode ocupar ou receber quando possui um discurso”⁴.

Foucault evita recorrer a um “sujeito transcendental” e também a um “sujeito psicológico”. O sujeito não é o dono do discurso, por isso na análise arqueológica não importa saber quem é o autor da formulação, mas se alguém enunciou algo só pôde fazê-lo mediante condições estritas que aparecem no regime regulador dos enunciados de uma época. A relação do sujeito com o que ele enuncia, varia. Na linguagem cotidiana, num texto científico, em um romance, essa relação muda, pois muda a função do sujeito:

O sujeito do enunciado é uma função determinada, mas que não é forçosamente a mesma de um enunciado para outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser preenchida por indivíduos até certo ponto diferentes, quando eles vêm a formular um enunciado; na medida ainda em que um só e mesmo indivíduo pode ocupar, a cada vez, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.⁵

⁴ FOUCAULT, M. *op.cit.* p.74

⁵ *Ibid.*, p. 123

Enquanto, num tratado científico, essa posição é neutra, em uma reportagem, em um romance, em um texto publicitário, a relação do sujeito com o que ele enuncia varia. A ‘responsabilidade’, a marca que cada discurso confere àquele que pode vir a ocupar o lugar vazio do sujeito de um enunciado revela bem que a intenção de Foucault é mostrar o poder do discurso: a prática discursiva, diferentemente da frase gramatical, da proposição lógica, e do ato de fala, regula a função do sujeito. O arqueólogo não visa o conteúdo do que é dito, como o epistemólogo, a comunidade científica ou o historiador da ciência; sua intenção é “determinar qual ‘é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser (...) sujeito’⁶ de um enunciado. Nossa sociedade em geral exige que discurso competente; o especialista tenha o exclusivo direito de ocupar a posição de sujeito no interior dos enunciados que demandam conhecimento.

Todo enunciado possui uma materialidade, é datado, localizado em meio a outras práticas não discursivas, institucionalmente apoiado, por isso não pertence ao campo indiferenciado da linguagem, do significado e do significante. Seu fundo, a ordem do saber, nunca é indiferente ou neutra. As práticas discursivas, o que uma época pôde dizer, que objetos escolheu, quais indivíduos puderam ocupar a posição de sujeito nos enunciados que constituem tais práticas – este é o terreno da arqueologia, não se trata de escavar para interpretar o que foi dito e chegar à ilusão da “coisa mesma”, mas de mostrar que nem tudo pode ser dito, nem de qualquer instância e nem por qualquer um.

2.1.1 A constituição do homem como objeto do saber

Como foi possível objetivar o homem, como foi possível que ciências do homem se constituíssem? Segundo Foucault, em *As palavras e as coisas*, o aparecimento do homem para o saber ocidental foi tardio. Não havia lugar para o homem pensar-se a si

⁶ FOUCAULT, M. *op.cit.* p.126.

mesmo, como sujeito do saber, até fins do século XVIII. O século XVII estava mergulhado na ciência geral da ordem, preocupado em classificar e organizar a multiplicidade dos seres, em quadros unificadores. O pensamento saía de si para representar o mundo e tirá-lo do caos. Aquele que representava tudo isso não podia ainda pensar a si próprio. O sujeito estava ausente da representação.

É famosa a passagem em que Foucault ilustra essa ausência do sujeito, através da obra de Velásquez, *Las meninas*. Nela o pintor se retrata em atividade, num estúdio, trabalhando num quadro do qual só aparece uma parte do seu avesso. No estúdio estão as meninas, a aia e o cão. Os soberanos que estão sendo representados só aparecem no fundo do estúdio, através do reflexo em um espelho. Aquele que apreciaria a cena é apenas esboçado, saindo de uma escadaria, nos fundos. Já o pintor se retrata por inteiro no justo momento de um recuo para dar uma pincelada. O que o pintor olha, os soberanos, está ausente da tela. Nós, os espectadores, só podemos adivinhá-los. Mas todos os olhares convergem para eles, justamente os ausentes: os olhares dos que estão em sua frente, no estúdio, o olhar do pintor, o olhar do espectador. Esta lacuna é um artifício do artista, indicando a ausência do próprio pintor que compõe a tela e do espectador que a contempla. Nesse

... quadro, como em toda representação da qual ele é por assim dizer a essência manifestada, a invisibilidade profunda do que se vê é solidária com a invisibilidade daquele que vê (...) em toda a cena são depositados os signos e as formas sucessivas da representação; mas a dupla relação da representação com seu modelo e com seu soberano, com seu autor tanto como com aquele a quem se oferece, essa relação é necessariamente interrompida...⁷

Este quadro representa a representação do século XVII, que enquadra olhares, imagens, elementos diversos, torna-os visíveis; porém o que a funda, o sujeito para quem ela é feita e por quem ela é feita, é elidido, está ausente. Ao contrário do que se costuma pensar, o cartesianismo, a matematização e o mecanicismo não são os fatores mais gerais da cultura dessa época e sim a *mathesis* ou ciência geral da ordem

⁷ FOUCAULT, M. *Les Mots et les choses*. P. 31

e da medida. Desse solo nasceram saberes cujo instrumento de análise é o sistema geral dos signos. Esses saberes foram a gramática geral, a análise das riquezas e a história natural. Representa-se pelos signos, que permitem ordenar, analisar, tornar as coisas distintas e classificáveis, mantê-las em sua identidade. Representar o mundo em quadro, fazer taxonomia a partir das identidades e das diferenças e ordenar a partir das atribuições, quantidades e juízos, é papel da linguagem. Ela fornece os instrumentos da proposição, dos juízos, das atribuições operadas pelos adjetivos, das designações operadas pelos nomes, de modo que a linguagem torna-se pensamento, esgota-se na representação. Linguagem e pensamento formam uma unidade que possibilita a representação, um cabe inteiramente no outro. Os signos da linguagem são uma espécie de cálculo do qual se utiliza o pensamento.

O conhecimento mesmo passa a ser uma análise da representação, já que esta é a própria forma do pensamento, expressa na proposição, onde sujeito e predicado são ligados pelo verbo ser. Esse verbo é o liame que conduz do ser ao que é significado, isto é, pensado. Durante a era da representação, o discurso ocidental foi metafísico, cabendo a ele “atribuir um nome às coisas, e neste nome nomear o seu ser”⁸.

A representação dissipa-se quando o saber ocidental sofre mutação. O ser vivo não é mais apenas classificável, nem a economia apenas monetizável ou os signos pensáveis. Há a vida evoluindo, o trabalho produzindo e a linguagem significando. E quem é aquele que vive, trabalha e fala? O homem. Finalmente essa figura se constitui enquanto objeto para o saber ocidental.

Em meados do século XVIII surge, para o saber, o homem objetivado. A grande novidade epistêmica é que a vida, o trabalho e a linguagem têm cada qual sua própria historicidade. A análise da produção, a organização dos seres vivos e a evolução das línguas são trabalho histórico. Em lugar de uma ciência geral da ordem, o ser, pela história, é retirado do quadro classificador e passa a ser relacionado analogicamente, organizado estruturalmente e distendido sucessivamente. É na história que o cognoscível, isto é, as empiricidades “são afirmadas, colocadas, dispostas e repartidas no espaço do saber para eventuais conhecimentos e ciências possíveis”⁹. O próprio

⁸ FOUCAULT, *op. cit.*, P.136

⁹ *Ibid.*, p. 231.

pensamento, entendendo a história como memória, pode indagar o significado do que é para ele ter uma história.

O surgimento das empiricidades da vida, do trabalho e da linguagem, que tornam possível pensar o homem, deve-se ao seu modo de relacionar-se com o tempo, o tempo sendo também requerido para pensá-las. A questão da história só pode ser posta em fins do século XVIII; para Hegel e Nietzsche o pensamento tem conteúdo e objetos históricos, ele se dá em um movimento temporal e não mais na metafísica do infinito que pressupunha um tempo pleno e ordenado e onde o sujeito não poderia por-se em questão, pois que não representava a si próprio representando-se. Representação cartesiana de um *cogito* absoluto; aquele que representa as coisas, aquele que conhece e organiza o mundo pelo pensamento, na forma ideal da proposição, apenas refletia em sua mente o mundo ordenado pelos signos da representação. Não podia sair dos limites dela, o próprio modo de conhecer o ser das coisas, rígido, classificatório, designativo, impedia o conhecimento de um sujeito como possuindo, ele próprio, as formas finitas e condicionadas do conhecer. Era simplesmente o *cogito* no qual se alojavam as coisas pensáveis porque representáveis.

A modernidade nasce quando a constatação do ser na metafísica do infinito sofre uma mutação e dá lugar à interrogação do ser por aquele que conhece. Com que grau de certeza é possível conhecer aquilo que se conhece? A dissipação da representação, acontecimento da ordem do saber, decorre de uma modificação nessa ordem operada pelas novas positivities da vida, da linguagem e do trabalho. O homem passa a ter uma vida concreta em meio a natureza e aos outros animais, passa a falar uma língua que veio do fundo de uma cultura e passa a ser aquele que produz objetos pelo seu trabalho. Esse ser temporal, finito, poderia, a partir dessas formas empíricas, conhecer que essas são as condições de seu saber e ao mesmo tempo de seu ser homem. No limiar da modernidade encontra-se Kant, que questiona a representação perguntando sobre a possibilidade do conhecimento que requer um ser finito e uma razão condicionante e condicionada.

Foucault vê os objetos empíricos: vida, trabalho e linguagem como quase transcendentais, quer dizer, sem eles o conhecimento objetivo dos seres vivos, das formas da linguagem e das leis de produção seria inviável. Se na perspectiva

kantiana os transcendentais são o *a priori* de tudo o que há para ser conhecido, a partir dos meados do século XIX se pensará as positivities como verdades *a posteriori*.

As ciências da vida, do trabalho e da linguagem permitem, devido à construção de sínteses objetivas, a formalização. Com isso abre-se o caminho para a ciência, que não forma mais uma unidade com a filosofia. Restará para essa última o caminho da dedução transcendental a partir das leis puras do pensamento e das sínteses da razão, ou então a via hegeliana do desdobramento na história dessa razão, cujo alvo será sua própria realização como espírito.

Dessa cisão entre filosofia e ciência e do hegelianismo, nascerão a Fenomenologia, o positivismo e o marxismo. Foucault critica neles a pretensão de tomarem a análise do homem pelas ciências, o que é empiricamente observável, como aquilo que faz do homem o que ele é mesmo, sua essência. Com isso, acabaram por tomar o empírico como transcendental. Para compreendermos a intenção de Foucault ao criticar essas filosofias antropologizantes e explicar por que o são, vejamos como o homem nasceu para o saber.

Sua breve existência de duzentos anos (ele morrerá quando a filosofia passar a indagar sobre a linguagem, como veremos mais adiante) deveu-se àquela configuração na ordem do saber em que a natureza humana representada e representável cede lugar ao homem como objeto de saber e sujeito desse saber. Antes, como não se pensava na vida, na produção e na linguagem, não havia lugar para se pensar o ser que vive, trabalha e fala; que conhece a natureza e conhece a si mesmo como ser natural. O homem aparece quando surgem a biologia, que o mostra como organismo vivo, a vida tendo suas próprias condições de evolução; a economia, que o mostra como produtor, cujo trabalho depende do seu modo de produção; e a filologia, que o mostra como falante, tendo cada língua suas regras próprias. No entanto, se ele é o ser que trabalha, vive e fala, dominando plenamente essas condições ao mesmo tempo, para se chegar a ele será preciso ir aos objetos que ele produz, às falas concretas e aos modos específicos de vida. As formas finitas, a partir das quais o homem aparece, são as mesmas que se reproduzem como tendo uma história própria, enredando-o, condicionando-o. O fruto do trabalho não lhe pertence, mas é o homem

que trabalha. As palavras obedecem a regras socioculturais, mas é ele que as aviva com sua fala. A vida vem cercada pela morte, mas é ele, em seu corpo encarnado, que vive. O que significa conhecer são as condições empíricas do conhecimento. O que Foucault assim resume “a finitude do homem se anuncia na positividade do saber”.¹⁰

A finitude aparece na positividade, isto é, a possibilidade do saber decorre das formas finitas da produção, da vida e da linguagem. As condições empíricas de vida, produção e linguagem requisitaram a presença do homem para o saber, do homem objetivado. Daí ser o homem o “estranho par empírico-transcendental”. Ao mesmo tempo em que aparecem as formas finitas e positivas, aparece aquilo que as torna transcendentais ou fundamentais. O empírico se repete no fundamental, no transcendental. Essa tensão permanente mostra que o sujeito moderno atém-se à finitude aberta nos duplos: empírico e transcendental; cogito e impensado, origem sempre recuada e retorno. Vejamos, a seguir, seus desdobramentos.

Os conteúdos do conhecimento não são mais buscados na representação, na memória ou na imaginação. Interessa interrogar como surge o homem, esse duplo empírico-transcendental, para o saber. Para tal analisa-se o seu corpo, com suas sensações, percepções, seu organismo vivo e, ao mesmo tempo, o conhecimento, e relacionado com suas condições históricas, sociais e econômicas. Por um lado, essas análises são autônomas; por outro, pretendem-se análises críticas, enquanto distinguem entre conhecimento científico e ideológico, de senso comum ou uma verdade. No marxismo e no positivismo há uma oscilação entre a verdade cuja fonte é o objeto empírico, e a verdade que é prometida num futuro melhor pela crítica que se deve fazer do momento histórico. A isso Foucault chama de “ingenuidade pré-crítica”. Pois se a verdade provém de uma análise sobre os fatos, ela não pode servir como crítica e promessa de um porvir brilhante.

Marxismo e positivismo são filosofias centradas no sujeito e na sua verdade positiva que valem como fundamento daquelas formas finitas, isto é, o empírico vale como conhecimento filosófico, que deve descobrir o fundamento do sujeito. Supõem, assim, que no homem histórico e social pode-se encontrar sua essência.

¹⁰ FOUCAULT, *op. cit.*, p. 324.

A fenomenologia também acaba por fazer valer o empírico como transcendental. Husserl afirma que na vivência do corpo estão as intuições essenciais, isto é, os conteúdos empíricos se relacionam com o vivido; e o que torna esses conteúdos possíveis, seu fundamento, também depende da consciência intencional. A fenomenologia, no entanto, situa-se no mesmo solo arqueológico do marxismo e do positivismo; para ela, os conhecimentos empíricos se fundam na experiência corporal, doadora de sentido, que também fundamenta a cultura através daquelas mesmas doações de sentido da experiência vivida, ou seja, o empírico acaba valendo com transcendental, como resposta pelo sentido do conhecimento e da cultura.

Há uma tensão entre pensar conteúdos da experiência, aquilo que se pode conhecer, e o próprio ato de conhecer. Há um lado em que o *cogito* sabe de si e outro em que ele se ignora; há um lado dos conteúdos que se conhece e outro, do desconhecido. O *cogito* se vê cercado pelo inconsciente, pelo impensado. Em outras palavras, o que nos permite conhecer é igualmente o que foge de nosso conhecer; aquilo que faz do homem, homem, ou seja, sua vida, seu trabalho e sua linguagem, lhe escapam: ele é seu trabalho, mas este lhe é imposto; ele é esta vida, mas a força da vida ultrapassa a experiência imediata; é ele quem fala, mas uma língua cujo sistema e regras se formaram independente do sujeito que fala. Por isso o *cogito*, ao invés de afirmar o ser do homem, será a fonte de uma interrogação constante sobre o seu ser. Husserl exemplifica bem essa ontologia do impensado, pois o *a priori* e o transcendental – tudo o que é possibilidade de conhecimento – ao invés de pertencerem a um sujeito cartesiano, incondicionado, ou às puras formas da razão kantiana, encontram-se no vivido. Mas se para Foucault essa é uma consequência negativa, dado o estorvo que representa a pretensão da fenomenologia de ser recomeço, há as consequências positivas. Temos aí todos os filósofos que de uma forma ou de outra, põem o inconsciente como cercado, inelutavelmente, o consciente: o em-si de Hegel, o desconhecido do Shopenhauer, o homem alienado de Marx, e o próprio inatual de Husserl. Aparecem como o terreno lodoso do qual o homem deve emergir para chegar o mais próximo possível da sua verdade, desalienando-se. Todo pensamento movendo-se na direção de seu rompimento com o

que o escraviza. Por isso Foucault afirma que a filosofia de nossa época é já, no próprio ato de filosofar, política e ética.

Vida, trabalho e linguagem têm sua própria história. O pensamento crítico sabe que as empiricidades da vida, do trabalho e da linguagem não têm um primeiro e puro começo: a cada recuo o que se encontra é o já começado, não há uma pátria ou uma data para o homem, ele não tem uma origem que o tornaria contemporâneo de si. Mas ao mesmo tempo, é por meio dele que faz sentido pensar no desdobramento histórico de todas as coisas, o seu inclusive.

O positivismo tentou encontrar uma origem para o homem na natureza e uma história dessa natureza tendo com fonte as ciências naturais. Já para Hegel, Marx e Spengler, o pensamento move-se em direção à “Totalidade restaurada, retomada violenta na extremidade do desnudamento, declínio solar – curva-se sobre si mesmo, ilumina sua plenitude, fecha seu círculo, se reencontra em todas as figuras estranhas de sua odisséia e aceita desaparecer neste oceano donde brotara.”¹¹ A história é uma totalidade que se abre em uma direção tal que seu movimento leva a um acabamento, a um fechamento que esteriliza a crítica.

Já Nietzsche e Heidegger dispersam a origem. Mas em todos há a característica de o pensamento modernamente ter inventado o homem que busca o que ele é ou o que ele não é, na história. A diferença é que para Nietzsche, e também para Foucault, a história não liberta o homem; pelo contrário, não cessa de revelar tudo o que o condiciona.

Assim, a tarefa difícil de Foucault foi a de criticar as filosofias antropologizantes, isto é, a fenomenologia, o marxismo e o positivismo, que pretendem tomar o homem em sua vivência corporal, o homem produtor e o homem cognoscível pelas ciências empíricas, respectivamente, enquanto valendo como transcendentais, isto é, tendo a função de dizer o que o homem é, em sua essência. Herdamos o humanismo do século XIX e dele precisamos nos desembaraçar, pois a “idéia de homem” tem se comprovado como derrisória para o pensamento crítico. Ou como diz Foucault: “o humanismo finge resolver os problemas que ele não pode colocar-se”¹². No lugar do

¹¹ FOUCAULT, M. *op. cit.*, p. 345.

¹² FOUCAULT, M. “Entretien avec Madelaine Chapsal”, in *Dits et écrits*, v.I, p. 516.

humanismo com sua moral fraca e modo conciliador de resolver problemas, é preciso por os problemas reais de nossa época.

As ciências da vida, do trabalho e da linguagem haviam simplesmente revelado as formas finitas do homem, haviam permitido que um olhar encarnado, histórico, pudesse enfim ver que o que ele representava dependia desse sujeito constituído; ele que conhece é, a um só tempo, sujeito e objeto do conhecimento. Aquelas ciências não deveriam levar ao pensamento do que é o homem, mas acabaram conduzindo à busca de seu fundamento, seus condicionamentos e sua origem, caindo no “sono antropológico”, “no desdobramento empírico-crítico pelo qual se tenta fazer valer o homem da natureza, da troca ou do discurso como o fundamento de sua própria finitude.”¹³.

Nietzsche nos desperta desse sono, mostrando que com a morte de Deus morre também aquele que o criara, aquele homem tendo desaparecido, nada que venha a resgatá-lo deve ser permitido. Ao contrário, é preciso ver que o fim do homem é o fim das filosofias do sujeito, é o fim das filosofias que buscam nele – algo que é fundado – o que o funda. Basta de falar do homem, de sua essência, de que ele conduz a verdade ou de que ele porta à verdade. Junto com Nietzsche, a filosofia contemporânea passa a ver que o discurso, a linguagem, dispersam o homem.

Nesse momento, podemos atingir a nossa questão inicial sobre as condições de possibilidade para a constituição das ciências humanas. O solo do saber, o *a priori* histórico das ciências humanas é a história: viver, trabalhar e falar vêm de um fundo histórico e se desdobram em suas formas, historicamente. Ele é, como vimos, o ser que vive, trabalha e fala, ao mesmo tempo em que a vida, o trabalho e a linguagem são pensáveis por meio dele.

O problema com as ciências humanas, não se relaciona com sua cientificidade, isto é, como puderam se constituir como ciências com objetividade e método próprio, nem se relaciona com a complexidade de seu objeto. Importa descrever o solo do saber que possibilitou o seu surgimento e quais as implicações do seu discurso. As ciências humanas não progridem em termos de normalidade (pelo conceito de Kuhn de normalidade, uma ciência atinge certo grau de normalidade quando sua prática

¹³ FOUCAULT, *M.op. cit.*, p. 352.

vem assentada em métodos e resultados confiáveis, sendo provida de um conjunto de teorias e leis firmadas e confirmadas) porque não conseguem sair daqueles duplos: empírico-transcendental; *cogito* e impensado, recuo e retorno da origem.

O solo epistêmico de onde surgiram as ciências humanas se configura com um espaço tridimensional: o das ciências formais, o das ciências biológicas, econômicas e lingüísticas, e o espaço da reflexão filosófica. As ciências humanas não têm aí seu lugar próprio, pois tomaram de cada espaço uma peculiaridade: do primeiro espaço trouxeram a formalização; do segundo os modelos e do terceiro a interrogação sobre o ser do homem.

A tentativa de matematização por si só não lhes garantiu a condição de ciência. O que possibilitou que as ciências humanas fossem positividades, isto é, formas de saber com um determinado lugar e papel no jogo do saber, foi o trabalho, a vida e a linguagem permitirem um conhecimento empírico do homem. Mas quando esse conhecimento passou para o domínio das ciências do homem, não se pode evitar a interrogação transcendental, sobre o significado das empiricidades. De modo que seu objeto de análise não é o homem com sua vida, trabalho e fala concretos, mas o ser que se representa vivendo, trabalhando e falando, que se pergunta pelo sentido de sua vida, de suas necessidades e de suas falas. Esse apelo inelutável a representação impede que as ciências humanas se tornem científicas.

As ciências humanas vêm preferindo a busca de normas e regras estruturais, mas ainda assim a representação está presente, pois a pergunta pelas condições de possibilidade do homem, seja elas conscientes ou não, é inevitável. Analisam “na dimensão própria ao inconsciente, normas, regras, conjuntos significativos que desvelam para a consciência as condições de suas formas e de seus conteúdos”¹⁴. Buscando sentido para o homem não podem atingir o *status* de ciência. Mas nem por isso deixam de ser positividades atuantes no saber moderno.

Cada época dispõe e relaciona, de certo modo, tais e tais objetos para o saber. O que nossa época pode dizer é que um discurso que pressupõe um sujeito como fundador, ao modo das filosofias antropologizantes, fracassará. Tomar as condições empíricas, concretas e históricas que o constituem como resposta ao ser mesmo do homem,

¹⁴FOUCAULT, M. *op.cit.*, p. 376.

sufoca a crítica. Mostrar que o homem teve uma curta existência na ordem do saber ocidental, aproximadamente duzentos anos, leva o pensamento à reflexão crítica do ser, a uma abertura tal que evita a busca de um fundamento último. O antídoto contra o “sono antropológico” é a crítica do sujeito.

2.2 Sujeito e normalização

Com a genealogia Foucault explicita certas condições históricas, sociais, econômicas e institucionais que se relacionam com as práticas propriamente discursivas. Estamos já nos escritos dos anos 70, especialmente *Vigiar e punir*, que oferece uma abordagem genealógica da sociedade disciplinar. Ao lado da crítica do sujeito, Foucault alinha a genealogia e a crítica da sujeição. A descrição arqueológica localiza as ciências humanas na ordem do saber, a genealogia faz a crítica do uso pelas “disciplinas” (entre elas as ciências humanas) do saber normalizador, que produz poder. Desse processo resulta a “fabricação” do indivíduo. O sujeito é objetivado por práticas epistêmicas, como ele evidenciou em *As palavras e as coisas*, e por práticas disciplinares, tema de *Vigiar e punir*. Percorrendo-se cronologicamente seus escritos, podemos verificar como ele se desloca das relações discursivas para as relações entre o discurso e os demais fatores, sociais, econômicos, culturais, como o saber tece relações com certo tipo de poder, cujo produto é o indivíduo normalizado.

Em *A verdade e as formas jurídicas* critica a teoria do sujeito, mostrando que um saber sobre o homem nasceu de práticas de vigilância e de controle. Enquanto para o marxismo o sujeito é constituinte, senhor soberano da história, feita por e para que este sujeito atinja sua plenitude, para Foucault o sujeito de conhecimento tem uma história e a verdade que ele produz tem igualmente uma história. O discurso não é só o conjunto de regras lingüísticas, mas faz parte de um jogo, de jogos estratégicos de ação e reação, alvo de luta, objeto de polêmicas. Aqui vemos o quanto estão imbricados saber, discurso, poder e verdade.

Ao abordar as práticas discursivas em meio a outras práticas, percebe o quanto o saber do discurso é devedor e produtor de certas relações de poder. No cruzamento dessas relações aparece, a partir de fins do século XVIII, a figura do indivíduo fabricado por relações entre saber e poder que pretendem extrair uma verdade sobre ele, do tipo científico com as ciências humanas, e especialmente as ciências psicológicas, mas também por um certo saber jurídico e pela acentuada medicalização que vimos experimentando em nossa sociedade. As ciências humanas, encaradas pela perspectiva genealógica provieram de certas práticas disciplinares, requisitada pela nova maneira de produzir riqueza do capitalismo nascente.

Foucault parte de Nietzsche para mostrar que o sujeito é historicamente formado juntamente com certos tipos de saber, os quais, cada um a seu modo, produz verdade. O conhecimento foi inventado, segundo Nietzsche, num determinado momento, num determinado planeta. Mas também a religião, a poesia, o ideal, tudo proveio de pequenos mecanismos, de puras e obscuras relações de poder. Não estão na cabeça dos homens desde sempre, mas vêm de um jogo instintivo, de lutas, de desejo e de necessidade de dominação, bem ao contrário do que propõe toda uma reflexão filosófica de Platão, Descartes, Kant, entre outros. No lugar de uma relação harmônica entre sujeito e objeto, a luta, o desafio de enfrentar as ameaças, e isso sem a garantia de uma mente e de um ente superior. Há atos de conhecimentos diversos pelos quais os seres humanos se apropriam e reagem a situações. Foucault aborda “o problema da formação de certo domínio de saber a partir de relações de força e de políticas na sociedade”¹⁵.

Adota uma perspectiva Nietzscheana em recusa à perspectiva marxista, na qual o sujeito sofre a influência da ideologia e precisa livrar-se dela para assumir sua condição plena diante da história. As condições políticas e sociais recobrem a verdadeira realidade, a da história como determinada economicamente. Já para Foucault, essas condições não são algo a ser afastado, mas são aquilo a partir de que “se formam os sujeitos do conhecimento, e daí as relações de verdade”¹⁶ e os domínios de saber. A verdade provém de certas condições políticas, de certas relações

¹⁵ FOUCAULT, M. “A verdade e as formas jurídicas” (“la vérité et les formes juridiques”) trad. J. W. Prado Jr. cadernos da PUC nº 16, junho de 1947, pp. 5-133. in *Dits et écrits*, v. II, p. 552.

¹⁶ *Ibid.*, p. 553.

de poder que não são, portanto, exteriores ao sujeito, mas sim constitutivas do sujeito de conhecimento.

O sujeito não é dado definitivamente, nem é portador da verdade, mas algo que se constitui no interior da história e a cada vez fundado por ela. Certas formas jurídicas como a inquirição e o exame produziram formas novas de subjetividade. A primeira era praticada na Idade Média, mas sua origem é a necessidade de inquirir, presente já na tragédia grega (Foucault analisa especialmente o caso de Édipo Rei). A um tipo de poder real, total, soberano, corresponde à busca da verdade como aquela forma de saber que se tem de adquirir, transmitir, evocar, distribuir, reproduzir: indaga-se a natureza. Já o exame é mais recente. Usado nas práticas penais implicadas com prelações de poder e certas formas de saber, tem como resultado tipos de sujeitos de conhecimento que aparecem na sociedade disciplinar, caracterizada pela prisão como forma de punir. Esta visa principalmente afastar o indivíduo tido como perigoso. Importa menos o que o criminoso fez, do que o perigo que representa para toda sociedade. Por isso ele precisa ser examinado, corrigido. “Essa idéia de aprisionar para corrigir, de conservar a pessoa prisioneira até que ela se corrija, essa idéia, paradoxal, bizarra, sem nenhum fundamento ou justificação em termos do comportamento humano, tem origem precisamente nessa prática”¹⁷, as famosas *lettres de cachet*, que não serviram apenas aos comandos do rei na França absolutista do século XVIII, mas que eram solicitações das famílias quando marido, mulher ou filho tinham um comportamento irregular, viciado, debochado, incorrigível, e que os familiares não suportavam, um escrivão era requisitado para enviar ao rei, por escrito, uma súplica, e, conforme o caso, o rei, meio de uma *lettre de cachet*, mandava que o indivíduo fosse internado às custas da família.

Internava-se para corrigir, prática que não é propriamente de ordem jurídica, mas policial, vinda de uma demanda por controle social exercido em uma camada mais baixa da população. A produção material das riquezas, com estoques, máquinas, fábricas, exigia proteção contra furtos e vandalismo. Os delitos passam a ter um controle policial mais rigoroso, e o infrator passa a ser o criminoso que desvia. Vigilância, controle, exame, correção contínua, encaixe na norma, começarão a

¹⁷ FOUCAULT, M. *op.cit* p.603

caracterizar a sociedade da vigilância: cada um em seu lugar, podendo ser facilmente observado, novos saberes relacionados a novos poderes, saber diferente da simples inquirição,

Organizada em torno da norma pelo controle dos indivíduos ao longo de sua existência. Esta (a norma) é a base do poder, a forma do poder/saber, que dará lugar não às grandes ciências da observação, como no caso da inquirição, mas aquelas que chamamos ‘ciências humanas’: psiquiatria, psicologia, sociologia.¹⁸

Essas análises compõem *A verdade e as formas jurídicas*, série de conferências pronunciadas na PUC do Rio de Janeiro em 1973. Elas prefiguram *Vigiar e punir*, sob vários aspectos: relações da verdade com formas de saber e de poder históricas, formação do sujeito de conhecimento, sociedade disciplinar, proveniência das ciências humanas, polimorfismo do poder. Ao lado do poder econômico, político, judiciário, há o que primeiramente chamou de “poder epistêmico”, que extrai poder sobre os indivíduos já submetidos por aqueles outros poderes. Trata-se de um saber que vem “da observação dos indivíduos, de sua classificação, do registro e da análise de seu comportamento de sua comparação, saber de observação, clínico, psiquiátrico, da psicologia, da psicossociologia, da criminologia”¹⁹

A sociedade da norma fixa os indivíduos a aparelhos, fixa-os profundamente ao aparelho produtivo, por exemplo, não só por um poder econômico, mas por micro poderes que penetram seu corpo, seu tempo, toda sua existência. O capitalismo forjou toda uma série de técnicas de poder para ligar o indivíduo ao trabalho, para torná-lo força realmente produtiva. É este tipo de poder que demanda toda uma série de saberes acerca do indivíduo e produz o homem com objeto do saber.

¹⁸ *Ibid.*, p. 595.

¹⁹ FOUCAULT, M. *op.cit.*, p. 620.

2.2.1 A emergência do indivíduo moderno

Como dissemos na primeira parte, Foucault supõe que o privilégio da prisão sobre as outras formas de punição deveu-se à sua adequação aos propósitos da sociedade disciplinar. O encarceramento visa o corpo do condenado, vigiado e punido por todo um aparato administrativo, que favorece a tomada individual do comportamento, mostra qual é a sua verdade de encarcerado, produzindo a figura do delinqüente. A delinqüência produzida na prisão é vantajosa, pois pressiona e controla as ilegalidades, além de ser excelente exercício de poder sobre os corpos.

Nossa sociedade tornou-se metodicamente disciplinar ao exercer domínio sobre o corpo para dele extrair verdades sob a forma de relatos, inquéritos, questionários, testes de aptidão e tantas formas de medir e avaliar o comportamento. O corpo é codificado para que se torne útil e produtivo.

Provavelmente, sem os procedimentos disciplinares que produzem verdade sobre cada um, criando assim a figura do indivíduo no espaço social, o modo de produção capitalista encontraria dificuldades para se implantar. Outros tipos de domínio sobre o corpo foram necessários em outros modos de produção, como a escravidão e a vassalagem. Porém nenhum introduziu com tanta eficácia a relação obediência/docilidade como as disciplinas. Elas controlam a força e a atividade individuais operando sobre o corpo por meio de dispositivos que organizam e repartem o espaço e dividem o tempo.

O interessante é que esses dispositivos não dependem de nenhuma instituição estatal, policial ou administrativa superior com poder jurídico, legislador. Trata-se, como já tivemos ocasião se mostrar, de um poder micro físico que se serve de diversas técnicas de manejo das atividades. É preciso somente que alguém os ponha em prática e que possa controlar os resultados obtidos, se possível registrando-os.

O enquadramento social facilita a locomoção e distribui funcionalmente as tarefas. Cada indivíduo é uma célula de organização. Uma multiplicidade amorfa seria mais difícil de controlar para os fins produtivos, punitivos, militares, pedagógicos, que tecem a trama da sociedade disciplinar.

Fábricas, prisões, quartéis e escolas exercem vigilância contínua pelo emprego do tempo. Os exercícios e as manobras têm um desenvolvimento temporal, progressivo, que treinam e melhoram o desempenho, tornando o gesto precioso, o corpo atento e pronto para responder ao menor sinal com rapidez e eficácia.

Obtém-se pronta resposta do corpo ao localizá-lo em meio a outros, combinado com outros nas organizações e aparelhos, peça coordenada a outras peças. .Note-se que a subjugação disciplinar, longe de ser total e violenta, vale-se de táticas e procedimentos que se instalam nas relações competentes, técnicas, gerenciais. O corpo útil, produtivo e submisso é componente essencial das sociedades modernas.

Em uma visão exclusivamente jurídico-política do poder, o indivíduo é visto como a parte sufocada, esquecida, subjugada. Na visão de Foucault o indivíduo é fruto da disciplina que

‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que dá a si os indivíduos ao mesmo tempo com objetos e como instrumentos de seu exercício. Não e um poder triunfante (...); e um poder modesto, desconfiado, que funciona ao modo de uma economia calculada, mas permanente²⁰

Trata-se de um poder operatório e minucioso, relegado a um segundo plano, que não tem o gigantismo do poder estatal ou econômico. Mas provavelmente se não houvesse as manobras, táticas e exercícios que forjam as individualidades sujeitadas pelo poder/saber, o Estado moderno teria que criar algum tipo de controle em que sua presença ostensiva e opressiva não criasse dificuldades para seu próprio comando. Nisso as disciplinas são mais ágeis e eficazes.

A invenção de máquinas do tipo panóptico representa a genial capacidade de sujeitar e utilizar as forças corporais. A arquitetura da vigilância, modelo para prisões, serviu igualmente para a construção de hospitais, escolas, quartéis, fábricas, asilos; as instituições disciplinares podem assim esquadrihar os comportamentos, objetivá-los e, ao mesmo tempo, com isso, produzir um saber pela observação rigorosa, pelo

²⁰ FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. P. 172.

registro individual e detalhado das condutas. O panóptico a “gaiola cruel e sabia”²¹, cruel devido ao poder que exerce, sabia pelo conhecimento que produz.

Esta é a proveniência das ciências humanas. Se sua positividade deve ser procurada nas nobres ciências da biologia, lingüística e economia política, seu nascimento, sua genealogia, seu modo de aparição histórico ou, nas palavras de Foucault, seu desbloqueamento genealógico, é muito menos nobre. Eles objetivam o indivíduo ao mesmo tempo em que o sujeitam. A normalização funciona penalizando as mais leves faltas, graduando cada um em relação aos demais, prevendo punições aos deslizes, articulando sua verdade como ser individual. O objetivo é a diferenciação, a possibilidade de olhar do exterior o que é diferente dos demais. Neste sentido, a criança e não o adulto, o doente e não o são, o criminoso e não o obediente, constituem seu alvo predileto. Assim funciona o poder da norma: diante do poder jurídico, se culpado ou inocente; diante do poder da norma, se é normal ou anormal.

Ao lado da norma e da vigilância, há um terceiro mecanismo disciplinar que combina os dois primeiros: o exame. O exame domina e objetiva. Seus domínios de aplicação são a psicologia, a psiquiatria e a sociologia. Nestes saberes há poder, pois o saber é recolhido na forma de registros, dossiês, interrogatórios, questionários, projeções estatísticas; todos eles resultado de observações rigorosas guiadas pelo critério da normalidade. Segundo Foucault, o exame é uma tecnologia que está presente em todas as ciências humanas por favorecer a operação de certas relações de poder que conduzem à constituição de um saber.

O Estado moderno não sufocou o indivíduo. Pelo contrário, nossa sociedade dotou-se de mecanismos de poder tênues, pequenos, mas que impedem que o indivíduo “escape” ao poder que controla, vigia, corrige, examina, normaliza. Por intermédio desses instrumentos acerca-se de cada um para saber o que ele é, o que faz, o que se pode fazer dele e com ele, onde situá-lo.

Nós nos acreditamos sujeitos livres, donos do nosso destino, senhores de nossos atos; achamos que nossa individualidade é um bem precioso que os poderes maiores da sociedade estragam e obliteram. Mas, quando isto ocorre, e muitas vezes com freqüência é de modo violento e autoritário, a sociedade também possui mecanismos

²¹ *Ibid.*, p.207.

estabilizadores e fortalecedores da trama social que não esmagam, mas criam indivíduos sujeitos e sujeitados pelo poder e pelo saber das práticas disciplinares. Se há uma “verdade” do sujeito seria esta: sujeitos tornados objetos – em nossa sociedade “os sujeitos são (...) oferecidos como ‘objetos’ à observação de um poder que se manifesta exclusivamente pelo olhar (...) sobre os corpos tornados exatamente decifráveis e dóceis.”²² O indivíduo tem seu comportamento registrado e codificado: “código físico dos sinais, código médico dos sintomas, código militar ou escolar das condutas e comportamentos”²³ sendo assim constituído por relações de saber e poder que cimentaram o caminho das ciências humanas pela possibilidade de anotar o que se examinou, descrever o que se vigiou, fazer emergir o que se normalizou. Objetivar o comportamento vale como sujeição, e aumento de poder significa aumento de conhecimento; a medicina clínica, a psiquiatria, a psicologia infantil, a psicopedagogia, a racionalização do trabalho, emergem desse solo. Questiona-se, freqüentemente, se estas não teriam funções benéficas para a vida do indivíduo? As análises de Foucault se dão em outra perspectiva. Para ele com a sofisticação das técnicas de exame reforçam o poder-saber.

O exame faz cada indivíduo

um ‘caso’ que ao mesmo tempo constitui um objeto para um conhecimento e uma investida por um poder. O caso (...) é o indivíduo tal como se pode descrevê-lo, avaliá-lo, medi-lo, compará-lo com outros e isso na sua própria individualidade; é também o indivíduo que se adentra ou corrige, que se tem que classificar, normalizar, excluir, etc. (...) o exame está no centro dos procedimentos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber (...), de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética, e combinatória. Com ele se ritualizam as disciplinas que se podem concretizar numa palavra, dizendo que elas são uma modalidade de poder para quem a diferença individual é pertinente²⁴.

²² FOUCAULT, M. *op. Cit.*, p. 190.

²³ *Ibid.*, p. 191.

²⁴ FOUCAULT, *op. cit.*, p. 190.

Assim o indivíduo, e não a espécie, entra no campo do saber por meio do interrogatório, da anamnese, de uma produção farta de discursos científicos sobre casos clínicos que fornecem um poder sobre os corpos em tudo diferente da vassalagem e da escravidão. A prisão enquadra o corpo e isso possibilita conhecer cada um. Os mecanismos de encarceramento e o exame cerrado sobre os corpos que objetivam o comportamento, a política de tornar os indivíduos produtivos, as técnicas de sujeição e objetivação, marcaram as ciências humanas. “o homem cognoscível (alma, individualidade, consciência, conduta) e o efeito/objeto deste investimento analítico, desta dominação/observação”²⁵. Ao lado da psicologia científica, nas prisões começa-se a produzir um outro tipo de controle sobre os indivíduos que resistem à normalização, apoiado na medicina e na fisiologia, por elas legitimarem tomadas de decisão judiciárias. As técnicas de controle das normas vêm se tornando cada vez mais eficientes e difundidas em hospitais, escolas, administração pública e empresas privadas. Há programas de capacitação e gerenciamento, de qualificação técnica, sempre fazendo uso da normalização. Enquanto o poder suavizou-se nestas últimas formas, na prisão ele tem se tornado cada vez mais agudo.

Foucault não pretende avaliar a eficácia desses procedimentos e nem justificar sua função na economia, por exemplo; sua análise visa mostrar que os procedimentos disciplinares normalizadores fazem funcionar em nossa sociedade certas relações de saber e poder que domesticam o indivíduo e tornam seu comportamento mais produtivo. Nossa sociedade demanda a individualidade, provoca-a, até mesmo a produz. É um dos seus custos. Não há sociedade sem mecanismos de poder e não há poder que se sustente sem produção de verdade. E em nossa época privilegia-se o poder da norma, da vigilância, do exame, bem como uma verdade técnico-científica acerca do individual.

O poder disciplinar não elimina outros tipos de poder ou de relações de poder, mas às vezes os transforma e os leva a penetrarem de uma maneira mais suave, ou se quisermos, mais perversa, em toda a sociedade. Seus efeitos, segundo Foucault, são longínquos “... a bela totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida ou alterada por nossa ordem social, mas nela o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo

²⁵ *Ibid.*, p. 312.

toda uma tática das forças e dos corpos (...), um dente na engrenagem.”²⁶ Não podemos esquecer que essa análise de Foucault tem por objeto (a Europa) e um tempo (o século XVIII em diante) bem definidos. Não se pode generalizar esses problemas para toda a sociedade ocidental, em todos os seus aspectos, mas é possível, a partir dessa análise, estabelecer relações entre poder, saber, sujeito e verdade que tem penetração profunda em nossa sociedade; sociedade em que o sujeito é sujeitoado por práticas disciplinares.

2.3 Sujeito e verdade

O sujeito constituiu-se para si pela injunção geral à confissão e pelo papel das ciências que lidam com a vida na urdidura de um saber-poder acerca do sujeito. Além de objetivarem o indivíduo e produzirem o sujeito objetivado como resultado das tramas entre saber e poder, a psicologia e a psicanálise, ao lado da demografia, da estatística, dos cuidados governamentais com a vida, conduzem-no a pensar a si próprio como dotado de uma subjetividade. *Biopoder* sobre as populações e poder da confissão do que cada um é, são formadores da verdade do sujeito. O primeiro permitindo a governamentalização e o segundo uma verdade sobre o mais íntimo de cada um, seu “si mesmo”, seja extraída. Revelar para alguém sua verdade mais recôndita passou a ser tarefa das ciências que exercem um tipo de constrangimento do indivíduo a conhecer aquilo que o determina, sua sexualidade. Trazer à tona a sexualidade pela análise, segundo as ciências do psiquismo humano, libertaria, ou pelo menos em algumas leituras, enlaçaria o sujeito com sua verdade de ser desejante.

Já para Foucault, a sexualidade não é uma pulsão instintiva, mas um dispositivo histórico que atende a demanda de uma verdade confessada localizável nos discursos médicos, na psicopedagogia, na psicologia clínica, nos discursos psicanalíticos. O

²⁶ FOUCAULT, M. *op. Cit.*, p. 219.

discurso sobre a sexualidade não tem a tarefa de “desreprimir”, pois a sexualidade não está reprimida, mas sim de instigar e modelar a verdade de cada um. Se Freud teve o grande mérito de mostrar sob qual fundo se desenvolve o psiquismo humano (inconsciente, histeria, complexos), a psicanálise provocou a proliferação do discurso, da teoria, do saber e da ciência sobre a sexualidade. A racionalidade ocidental dotou-se de diversos meios para dizer a verdade do sujeito; a psicanálise é um deles.

Para sermos senhores de nossos atos, nos demos ciências cujo poderoso discurso pretende chegar à nossa verdade. Foucault não se interroga se pode haver algo de benéfico nessas práticas. Na perspectiva genealógica a verdade não é garantia de libertação e nem o erro necessariamente escraviza. A verdade presente nos discursos científicos é produzida e atravessada pelo discurso científico que produz poder. Os indivíduos passam a ser sujeitos sujeitados, constituídos “enquanto ‘sujeitos’ nos dois sentidos da palavra”²⁷: sujeitados ao outro porque é ele que produz a nossa verdade. E também sujeitados a pensar a si mesmo enquanto sujeitos, isto é, dotados de um eu específico, do fundo do qual brotam ações individuais. A racionalidade armou-se com diversos meios para dizer a verdade do sujeito

Desse modo, o sujeito é objetivado por ciências humanas que o examinam e normalizam, e subjetivado por ciências confessionais que vão até o fundo do ser para extrair sua verdade. O sentido do que somos, nossos pensamentos, do que lembramos ou esquecemos, tudo será objeto de interpretação científica. Um saber sobre o sujeito foi sendo constituído nesse jogo da confissão da verdade sobre nós e que nós próprios desconhecíamos.

É deste jogo que se constituiu, lentamente desde há vários séculos, um saber do sujeito; saber não tanto de sua alma, mas daquilo que o cinde, daquilo que o determina talvez, mas, sobretudo o faz escapar de si mesmo. Isto pode parecer imprevisto, mas não deve absolutamente causar espanto quando se pensa na longa história da confissão cristã e judiciária, nos deslocamentos e transformações desta forma de saber-poder, tão capital no ocidente, que é a confissão: de acordo com círculos cada vez mais fechados, o projeto de uma ciência do sujeito pôs-se a gravitar em torno da questão do sexo. A causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que sabe, tudo isso acabou por se desdobrar no discurso do sexo. Não absolutamente, entretanto, em razão de alguma

²⁷ FOUCAULT, M. *La volonté de savoir*. P.80.

propriedade inerente ao sexo mesmo, mas em função das táticas de poder que são imanentes a este discurso.²⁸

Arrancada a verdade, constitui-se no mesmo ato o pensar-se como sujeito. Temos aí uma genealogia do desejo e do sujeito desejante conduzida pela análise das práticas que levam o indivíduo a se descobrir e a descobrir no desejo a verdade de seu ser.

No entanto, o sujeito não é uma categoria suspensa acima da história e que será preenchida por acepções diferentes conforme a época. Não há para Foucault sujeito constituinte. Há sujeito constituído por saberes que produzem efeitos de poder. Quando uma instituição se encarrega da saúde das populações, ao lado da preservação da vida e dos cuidados com ela, essa gestão produz e provoca saber-poder, aquilo que Foucault chamou de *biopoder*.

Pode-se estranhar que psicologizar o sujeito e cuidar da saúde das populações não sejam em si um benefício. É que nossa sociedade confia no saber como libertador e desconfia que o poder é sempre e unicamente opressor. Mas o saber-poder cria relações, induz a verdade, produz a subjetividade. Nos habituamos a pensar dentro de uma ótica em que libertar o sujeito e seus desejos, livrá-lo das repressões, instauraria uma política e uma ética da liberdade. Foucault vê nesses discursos a produção de uma subjetividade que favorece a subjugação ou sujeição a uma única forma de verdade, a científica. Com a pretensão de libertar e preservar a nossa individualidade, os discursos do psiquismo humano estão forjando uma subjetividade que, para se reconhecer, precisa de um saber que tem como fonte a palavra do outro. A pergunta será, então, precisamos desse tipo de saber que produz e é produzido pelo poder normalizador, para sermos sujeitos? Não necessariamente. Podemos, talvez, nos constituir de outros modos como veremos adiante, se enfrentarmos os efeitos de verdade desse tipo de subjetivação.

Em resumo, vimos que, ao historiar as ciências humanas, Foucault mostra que seu *a priori* histórico e seu solo epistemológico são as empiricidades da vida, do trabalho e da linguagem. Aí o homem surge pela primeira vez para o saber, fadado já a desaparecer nas duplicidades: é ser empírico (objeto do saber), mas transcendental

²⁸ FOUCAULT, *op. cit.*, p. 93-94.

(pois por ele as empiricidades são pensadas); é ser pensante, *cogito*, porém este *cogito* se vê cercado pelo impensado, pelo inconsciente, por aquilo que não se dá no pensar, mas que ao mesmo tempo o limita; e ser que busca a origem, mas encontra sempre o “já começado” do trabalho, da vida e da linguagem, que são seus num certo sentido, mas ao mesmo tempo não lhe pertencem, pois têm sua própria história.

Ao retomar na dimensão da representação a indagação do significado da sociedade, do homem vivendo na sociedade, as ciências humanas falham porque pensam poder atingir algo como o próprio do homem, mas esse só existiu a título de figura da finitude. À questão do *cogito*, ou do que é o homem em sua essência, questão metafísica, sobrepôs-se a questão de nossa radical historicidade.

Pode, então, a filosofia pensar o homem? A toda filosofia que se pretende crítica, trabalho de reflexão do pensamento sobre o próprio pensamento, a tarefa que se impõe é pensar no “vazio do homem desaparecido” – aí residindo sua vocação crítica e política. Para Foucault a verdade sobre o homem é instaurada por práticas discursivas, epistêmicas, disciplinares, que objetivam, sujeitando-o a uma verdade, a de sua sexualidade.

Os seres humanos foram objetivados no século XVIII por ciências da produção, da linguagem e da vida. As ciências humanas foram forjadas nesse solo do saber, através de modelos extraídos daquelas ciências. Genealogicamente elas produziram o indivíduo normalizado. O saber produz efeitos de poder e este necessita das minúcias técnicas que individualizam.

Para o ser humano poder-se pensar como sujeito, ciências confessionais serviram apropriadamente ao propósito de chegar à verdade de cada um. Uma poderosa vontade de verdade nos atravessa. Não há verdade sem poder e nem poder que não se pretenda ou se diga verdadeiro. O problema é que esta verdade sobre nós nos sujeita pelo poder da norma. Além disso, precisamos nos submeter à medicalização, à psicanalização, para nos reconhecermos em nossos atos. Nosso regime de verdade é, num certo sentido, uma crueldade sofisticada. Delegamos a um saber “competente” a missão de conhecermos a nós mesmos. Nem sempre foi assim.

Tecnologias de saber-poder, portanto de dominação, e Tecnologias do eu, produzem o indivíduo e os grupos governáveis. Mas produzem igualmente os focos

de resistência pelos quais grupos e indivíduos podem operar transformações. Existem modos de construir a si mesmo como sujeito ético por meio de atos de liberdade, o que alguém sujeitado a códigos e regras de moral prontas não conseguiria. Ao lado da dominação maciça da economia, da política e dos meios de comunicação, há o fator disciplinar, isto é, instrumentos de objetivação e subjetivação das disciplinas e do *biopoder*, que têm como alvo e produto o sujeito individualizado e sujeitado. É preciso tentar libertar-se dessas relações. Novas relações de poder surgirão e novamente será preciso denunciá-las, controlá-las por atos de liberdade, como apregoava Foucault em seus últimos escritos por meio de atos éticos; por meio da prática refletida da liberdade. A relação entre sujeito e verdade e o exercício desta prática refletida da liberdade serão analisados de forma mais detida, no próximo capítulo.